Caderno Publicações Digitais
Diário do Acionista, 25 de março de 2025.

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2025.03.25 07:21:47 -03'00'

SAAM Towage Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 05.436.047/0001-16

Balanços patrimoniais (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	5	97.525	92.167
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	6	137.383	116.477
Outros ativos não financeiros	9	15.673	21.958
Estoques	7	36.684	26.862
Tributos a recuperar	8a	58.925	188
Retenções contratuais	6a	-	12.092
Total do ativo circulante		**346.190**	**269.744**
Contas a receber de partes relacionadas	6/11	5.367	806
Depósitos vinculados	14a	5.429	4.947
Tributos a recuperar	8b	11.880	13.251
Depósitos judiciais	10	4.174	2.871
Retenções contratuais	6a	6.906	1.043
Ativo fiscal diferido	8c	69.706	52.664
		103.462	**75.582**
Imobilizado	12/18a	2.172.084	1.814.371
Intangível	13	52.334	38.385
		2.224.418	**1.852.756**
Total do ativo não circulante		**2.327.880**	**1.928.338**
Total do ativo		**2.674.070**	**2.198.082**
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Empréstimos e financiamentos	14	731.320	579.148
Fornecedores	15	47.836	47.928
Tributos a pagar	17a	11.703	11.350
Salários e férias a pagar	16	27.828	21.057
Dividendos a pagar	21e	35.627	75.267
Passivos de arrendamento	18b	10.508	16.537
Passivos relacionados a clientes		578	2.596
Total do passivo circulante		**865.400**	**753.883**
Financiamentos	14	598.090	546.476
Passivos de arrendamento	18b	42.462	83.655
Provisão para riscos trabalhistas	19	2.295	1.170
Outras Provisões	20	7.786	4.270
Passivo fiscal diferido	8c	315.143	162.506
Total do passivo não circulante		**965.776**	**798.077**
Total do passivo		**1.831.176**	**1.551.960**
Patrimônio líquido	21		
Capital social	21a	127.767	127.767
Reservas de lucros	21b	281.503	237.788
Reservas de capital	21c	5.194	5.566
Dividendos adicionais propostos	21e	35.627	75.267
Ajustes acumulados de conversão	21f	392.803	199.734
Total do patrimônio líquido		**842.894**	**646.122**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.674.070**	**2.198.082**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Dividendos Adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajustes acumulados de conversão	Total
Saldos de abertura em 01/12/2023	**127.767**	**5.937**	**321.360**	**66.819**	**(159.040)**	**315.838**	**678.681**
Resultado abrangente do exercício							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	150.534	631	151.165
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	(93.223)	(93.223)
Total do resultado abrangente do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**150.534**	**(92.592)**	**57.942**
Diferimento ágio incorporação	-	(371)	-	-	-	-	(371)
Destinação reserva estatutária e realocação dividendos mínimos-AGO 28/04/2023	-	-	133.638	(66.819)	-	-	66.819
Dividendos propostos-AGE 30/10/2023	-	-	(81.682)	-	-	-	(81.682)
Destinação do lucro líquido do exercício							
Transferência entre reservas	-	-	(135.528)	-	159.040	(23.512)	-
Dividendos mínimos obrigatórios			-	-	(75.267)	-	(75.267)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	75.267	(75.267)	-	-
Saldos em 31/12/2023	**127.767**	**5.566**	**237.788**	**75.267**	**-**	**199.734**	**646.122**
Resultado abrangente do exercício							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	71.254	-	71.254
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	193.069	193.069
Total do resultado abrangente do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**71.254**	**193.069**	**264.323**
Diferimento ágio incorporação	-	(372)	-	-	-	-	(372)
Destinação reserva estatutária e realocação dividendos mínimos-AGO 30/04/2024	-	-	150.534	(75.267)	-	-	75.267
Dividendos propostos-AGE 18/11/2024	-	-	(106.819)	-	-	-	(106.819)
Destinação do lucro líquido do exercício							
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(35.627)	-	(35.627)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	35.627	(35.627)	-	-
Saldos em 31/12/2024	**127.767**	**5.194**	**281.503**	**35.627**	**-**	**392.803**	**842.894**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	22	863.464	735.532
Custos dos serviços prestados	23	(515.993)	(441.237)
Lucro bruto		**347.471**	**294.295**
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas e gerais	23	(86.228)	(69.215)
Outras receitas operacionais		20.392	14.533
Lucro operacional		**281.635**	**239.613**
Despesas financeiras	24	(84.858)	(70.334)
Receitas financeiras	24	9.700	9.727
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	24	(75.158)	(60.607)
Lucro antes do IR e contribuição social		206.477	179.006
IR e contribuição social correntes	25	-	(46.291)
IR e contribuição social diferidos	8c/25	(135.223)	18.450
Impostos correntes e diferidos	25	(135.223)	(27.841)
Lucro líquido do exercício		**71.254**	**151.165**
Lucro por ação de operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R$ por ação) Lucro básico e diluído por ação	21g	0,08	0,16

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	71.254	151.165
Outros resultados abrangentes - Ajustes acumulados de conversão	193.069	(93.223)
Total do resultado abrangente do exercício	**264.323**	**57.942**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Fluxos de caixa das atividades operacionais	**Nota**	**31/12/24**	**31/12/23**
Lucro líquido do exercício		71.254	151.165
Ajustes:			
Depreciação e amortização	12/13	109.650	83.652
Amortização direito de uso	18a	22.632	21.505
Resultado na baixa e venda de imobilizado	12	4.021	7.367
Resultado na baixa do arrendamento		(16.655)	(70)
IR e contribuição social diferidos	25	135.223	(18.450)
IR e contribuição social correntes, provisionados	25	-	46.291
Variações cambiais não realizadas		(9.809)	2.448
Provisão (Reversão) para riscos trabalhistas	19	1.125	(657)
Provisão para perdas de créditos esperada	6	(1.423)	(437)
Juros sobre empréstimos e arrendamentos	24	65.314	45.158
Outras provisões (reversões)		2.115	(13.128)
		383.447	**324.844**
Variações dos ativos e passivos operacionais:			
Depósitos vinculados		(482)	(517)
Contas a receber e outros recebíveis		(24.044)	(32.953)
Estoques		(5.278)	(11.050)
Outros créditos		11.717	(10.301)
Impostos a recuperar		(57.366)	1.244
Depósitos judiciais		(1.303)	379
Fornecedores e outras obrigações		2.896	3.319
Impostos e contribuições a recolher		49.623	(4.522)
Salários e férias a pagar		2.113	2.635
		(22.124)	**(51.766)**
Caixa gerado nas operações		**361.323**	**273.078**
Juros pagos a terceiros		(22.982)	(38.158)
Juros pagos a parte relacionada		(35.284)	-
Juros pagos de arrendamentos		(4.235)	(3.636)
IRPJ e CSLL recolhidos		(49.618)	(39.854)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		249.204	191.430
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	12e	(80.407)	(636.683)
Aquisição de ativo intangível		(3.260)	(262)
Alienação do ativo imobilizado		7.493	19.269
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(76.174)**	**(617.676)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos e financiamentos tomados de terceiros		-	515.105
Empréstimo tomado de parte relacionada		-	500.305
Pagamentos de empréstimos e financiamentos de terceiros		(93.702)	(594.485)
Pagamentos de dividendos		(106.819)	(81.682)
Pagamentos de arrendamentos		(16.713)	(16.375)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(217.234)**	**322.868**
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		**(44.204)**	**(103.378)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		92.167	215.130
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		49.562	(19.585)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**97.525**	**92.167**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em MR$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A SAAM Towage Brasil S.A. ("SAAM" ou "Companhia") é uma Sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro, à Praça XV de Novembro, 20 – sala 501- Centro - Rio de Janeiro. Constituída em 23 de outubro de 2002 com a finalidade de prestar uma variedade de serviços para os participantes do setor portuário e marítimo, destaca-se pelas atividades de navegação de apoio portuário e marítimo, seja através de embarcações próprias ou de terceiros, mediante arrendamento ou parceria marítima, bem como a locação de embarcações e equipamentos de terceiros e para terceiros. A Companhia possui uma frota composta por 60 rebocadores próprios e 4 rebocadores afretados, com abrangência nacional nos portos de: Santos (SP), São Luis (MA), Paranaguá (PR), Sepetiba (RJ), Itajaí (SC), Vitória (ES), Rio Grande (RS), SUAPE (PE), Salvador (BA), Santana (AP), Vila do Conde (PA), PECEM (CE), Mucuripe (CE), Belém (PA), Vila do Conde (PA), Imbituba (SC), São Francisco do Sul (SC) e nos terminais da Petrobrás em Angra dos Reis (RJ), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e Suape (PE). Em 31 de dezembro de 2024, a SAAM apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no valor de R$ 519.210 (R$ 484.139 em 2023), muito em função do empréstimo obtido com a sua acionista SAAM S.A. no valor de USD 100.000, que teve o objetivo de liquidar dois empréstimos disponibilizados por terceiros, para viabilizar a operação de compra dos novos rebocadores ocorrida em 2023. Contudo, com o objetivo de alinhar o perfil de seu endividamento às suas necessidades operacionais e à sua estrutura de capital, a Companhia celebrou, em 31 de janeiro de 2025, um aditivo contratual que posterga o vencimento de obrigações para um prazo superior a 12 meses. Dessa forma, essas obrigações serão reclassificadas para o passivo não circulante a partir das próximas projeções financeiras, conforme previsto nas normas contábeis. A reclassificação desse passivo reforça a estratégia da Companhia em manter uma gestão financeira equilibrada, assegurando maior previsibilidade de caixa e melhorando seus indicadores de liquidez. Além disso, evidencia o suporte da controladora, refletindo a solidez da estrutura de capital do grupo econômico ao qual pertence. **Principais assuntos ocorridos durante o exercício de 2024 - (a) Conflitos geopolíticos:** Os conflitos geopolíticos continuam provocando mudanças significativas no cenário de risco global, bem como impacto econômico generalizado, tanto nas regiões diretamente afetadas, quanto globalmente onde as empresas se envolvem em atividades econômicas transfronteiriças. Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções não afetaram os negócios da SAAM, uma vez que não há qualquer transação com empresas destes países. A guerra Israel-Hamas, também referido como conflito Israel-Gaza ou conflito israelo-palestino de 2023, começou em 7 de outubro de 2023, após um ataque terrorista coordenado por vários grupos militantes palestinos contra cidades israelenses, passagens de fronteira, instalações militares adjacentes e colonatos civis nas proximidades da Faixa de Gaza, no sul de Israel. Descrito como uma Terceira Intifada por alguns observadores, as hostilidades foram iniciadas por um bombardeio de mísseis contra Israel e incursões transportadas em veículos para o território israelense, tendo sido realizados vários ataques contra os militares israelenses, bem como contra as comunidades civis israelenses. A retaliação israelense com bombardeios e incursões militares contra Gaza foi chamada de Operação Espadas de Ferro. A Administração da Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado das incertezas em andamento. **(b) Reforma tributária sobre consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar no 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. **2 Meio ambiente, sustentabilidade e gestão de riscos climáticos:** A SAAM reconhece a importância da implementação de iniciativas de sustentabilidade, e avalia constantemente os riscos relacionados ao meio ambiente que possam vir a impactar a sociedade, e em particular, suas operações e negócios. Dessa forma, a Companhia assume o compromisso em atender aos requisitos legais e demais requisitos aplicáveis às suas atividades e serviços. Toda legislação aplicável é identificada, analisada e atendida, assim como normas técnicas e procedimentos internos da Companhia, visando manter a conformidade legal em suas operações. Com um sistema de levantamento, controle e acompanhamento de requisitos legais, a área de QSMS - Qualidade, Saúde, Meio Ambiente e Segurança – gerencia e analisa o levantamento dos aspectos, impactos, perigos e riscos associados às atividades realizadas pela SAAM Towage Brasil. Esse levantamento é revisitado sempre que identificado uma nova condicional. Com base nos possíveis impactos decorrentes das operações de seu portfólio, a SAAM Towage Brasil entende que o desenvolvimento de suas atividades depende de um crescimento sustentável, por meio de medidas de preservação do nosso ecossistema. Por isso, o gerenciamento dos requisitos legais aplicáveis é parte crucial do Sistema de Gestão Integrado da Companhia, que visa a conformidade legal, a mitigação dos impactos ambientais e redução de riscos ocupacionais. Todas as ações são regularmente reportadas aos empregados e controladores. Entre as principais frentes de sustentabilidade da Companhia está o Programa de Gestão de Emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE). O objetivo é mensurar o real impacto ambiental de seus negócios, por meio de inventário de emissões, com base na metodologia internacional do GHG Protocol (Greenhouse Gas protocol), tendo recebido a classificação Selo Ouro pelo Centro de Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas - FGV, por três anos consecutivos (2022, 2023 e 2024 relativos aos inventários de 2021, 2022 e 2023). E pelo segundo ano consecutivo, em 2024, a SAAM Towage Brasil obteve certificado de empresa 100% neutra em carbono. Esta certificação é um reconhecimento pela redução das emissões relativas e aquisição de créditos de carbono certificados, neutralizando mais uma vez todas as emissões diretas de gases de efeito estufa gerados. A Companhia realiza continuamente a conscientização do uso racional de combustíveis, investindo em melhores tecnologias e manutenção contínua da frota, otimizando as operações e tornando-as mais eficientes. A administração avaliou todas as informações e afirma não ter impacto nas demonstrações financeiras. **3 Base de preparação - a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Em 20 de março de 2025, a Administração da Companhia aprovou estas demonstrações financeiras que serão enviadas para apreciação na Assembleia Geral Ordinária - AGO que será realizada em 30 de abril de 2025. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada exercício de relatório, através do resultado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da SAAM é o dólar norte-americano. Todavia, os valores registrados na moeda local (Real) foram convertidos para a moeda funcional, utilizando a taxa cambial vigente na data da transação. A moeda de apresentação é a moeda em que as demonstrações financeiras são divulgadas e normalmente definida em função de obrigações legais da Companhia. Estas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, convertendo-se as demonstrações financeiras preparadas na moeda funcional da Companhia para reais, utilizando os seguintes critérios: Ativos, passivos e patrimônio líquido pela taxa de câmbio de fechamento do período; Receitas e despesas pela taxa em vigor na data da transação. Os ajustes resultantes da conversão acima têm sua contrapartida reconhecida na rubrica específica do patrimônio líquido denominada "Ajustes acumulados de conversão". O montante dos fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento foram convertidos pela aplicação das taxas de câmbio entre a moeda funcional e a moeda estrangeira, observadas na data da ocorrência dos fluxos de caixa, e a variação apurada na atividade operacional, pela taxa média ponderada do período. O efeito das mudanças nas taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa, mantidos ou devidos em moeda estrangeira, foram apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, a fim de conciliar o caixa e equivalentes de caixa no começo e no fim do período. Todas as informações financeiras apresentadas foram aproximadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **e. Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez:** A seguir, apresentamos revisões e alterações em certas normas, para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2024, que não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. ˙ CPC 26 / IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis; ˙ CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos; ˙ CPC 03 / IAS 7: Demonstrações do Fluxo de Caixa; e ˙ CPC 40 / IFRS 7: Instrumentos Financeiros. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **f. Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras, as quais a Companhia não espera impactos significativos na aplicação destas alterações ou não se aplicam, estão abaixo apresentadas: **˙ IAS 21 - Falta de conversibilidade:** Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º. de janeiro de 2025. · **IFRS 7 e IFRS 9 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1o de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. · **IFRS 7 e IFRS 9 – Contratos que tenham como referência energia e cuja energia dependa da natureza:** As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de 'own use', (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais. · **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º. de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. · **IFRS 19: Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas:** Divulgações: emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. **4 Resumo das políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **a. Receita operacional:** ***(i) Prestação de serviços:*** As receitas da Companhia estão basicamente ligadas a execução de serviços de apoio portuário (atracação e desatracação de navios) e afretamento de rebocadores em contratos firmados por períodos previamente definidos. A receita da prestação de serviço no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita descreve a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes, em troca de um valor que reflete a contraprestação a que se espera ter direito na troca desses bens ou serviços. O rendimento é reconhecido seguindo as orientações estabelecidas pela IFRS 15, que considera os seguintes passos: ˙ Etapa 1: identificar o contrato com o cliente. ˙ Etapa 2: identificar as obrigações de desempenho do contrato. ˙ Etapa 3: determinar o preço da transação. ˙ Etapa 4: alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato. ˙ Etapa 5: reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfaz uma obrigação de desempenho. As receitas são as entradas brutas de benefícios econômicos das atividades ordinárias durante um período, desde que provoquem um aumento no capital próprio, que não esteja relacionado com as contribuições dos acionistas. A receita é reconhecida pelo valor justo quando é provável que o benefício econômico associado a uma transação fluirá para a empresa e o valor da receita possa ser mensurado com segurança. As receitas ordinárias associados à prestação de serviços são reconhecidas considerando o grau de acabamento da prestação do respetivo serviço à data das demonstrações financeiras, desde que o resultado da transação possa ser estimado com fiabilidade, seja provável que a empresa receba os benefícios económicos derivados da transação, que o grau de conclusão da transação, à data do balanço, pode ser avaliado com confiabilidade e que os custos já incorridos na provisão, bem como aqueles que permanecem por incorrer até à sua conclusão , pode ser avaliado de forma confiável. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as variações cambiais ativas e as receitas de juros sobre aplicações financeiras, enquanto as despesas compreendem os juros sobre empréstimos, multas, descontos financeiros e variações cambiais. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. As receitas e as despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. **c. Moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são, para fins dessas demonstrações financeiras, aquelas realizadas na moeda diferente da moeda funcional (dólar norte-americano). Os valores registrados na moeda local (Real) são convertidos para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado como variações monetárias e cambiais líquidas. **d. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, de acordo com a natureza do serviço prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante, em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **e. Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):** O imposto de renda e a contribuição social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2025.03.25 07:22:04 -03'00'

SAAM Towage Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 05.436.047/0001-16

tributável excedente de R$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro real. As despesas com o imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto se relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. As despesas de imposto de renda e contribuição social corrente são calculadas de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras. Periodicamente a administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão, quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **f. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, e inclui basicamente os gastos incorridos na aquisição de combustível, peças, filtros e cabos para manutenção das embarcações. O método de custeio dos estoques, é o PEPS (Primeiro que entra e Primeiro que sai) e está alinhado com o que é praticado pelo Grupo econômico do qual faz parte. **g. Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais, mão de obra direta, quaisquer outros custos para transporte do ativo para o local e demais condições necessárias para que eles sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, além dos juros e encargos financeiros incorridos nos financiamentos atribuíveis à construção do ativo qualificável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são incluídos no resultado operacional. **(ii) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é incorporado ao valor contábil do bem ou reconhecido como item específico, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo contábil do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado, de acordo com as taxas descritas na nota explicativa nº 12, que levam em consideração a estimativa de vida útil-econômica do bem. Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **h. Ativos intangíveis:** ***(i) Outros ativos intangíveis:*** Os ativos intangíveis compreendem os programas de computador (softwares). São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. **(ii) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Custos associados ao desenvolvimento e manutenção desses softwares são reconhecidos no resultado quando incorridos. **(iii) Amortização:** Os softwares possuem vida útil definida e são amortizados no prazo de 05 (cinco) anos (nota explicativa nº 13). A vida útil estimada e os métodos de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de qualquer mudança na estimativa é contabilizado prospectivamente. **i. Instrumentos financeiros:** ***(i) Classificação*****:** A Companhia classifica seus instrumentos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: Mensurados ao custo amortizado; Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). **(ii) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento:** A Companhia determina a classificação dos seus instrumentos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(iii) Ativos e passivos financeiros não derivativos - mensuração:** *Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são mensurados ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. *Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado:* Os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, são mantidos pela Companhia para gerar fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor principal e juros, quando aplicável aos ativos financeiros, menos qualquer redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os passivos financeiros não derivativos da Companhia estavam representados por fornecedores, contas a pagar para partes relacionadas, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar. **(iv) Impairment:** A Companhia avalia o impairment do contas a receber de clientes, com uma abordagem simplificada, conforme permitida pelo CPC 48, com base em premissas sobre o risco de inadimplência, histórico de recebimentos, condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada semestre. **(v) Capital Social:** *Ações ordinárias:* O capital social da Companhia é dividido em ações ordinárias e sem valor nominal. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definidos em estatuto, quando aplicáveis, são reconhecidos como passivo. **j. Redução ao valor recuperável ("impairment"):** ***(i) Ativos financeiros*****:** Os ativos financeiros classificados como "custo amortizado" são avaliados a cada data de apresentação, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável após o seu reconhecimento inicial, e que tal evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados do ativo, que possam ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado, é calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta retificadora do contas a receber, conforme nota explicativa nº 6, assim como a respectiva abertura na nota explicativa nº 26. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido a Companhia em condições que a ela não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. **(ii) Ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros da Companhia estão representados por estoques, investimentos, ativo imobilizado e ativo intangível. Os valores contábeis do ativo imobilizado e ativo intangível são revistos ao final de cada exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas identificadas de valor são reconhecidas no resultado. **k. Provisão:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar essa obrigação. A administração, apoiada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos em andamento. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados, a uma taxa antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado, quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa no resultado. **l. Arrendamentos:** No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento. O CPC 06 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. O arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A nova norma substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Dessa forma, com o CPC 06, a Companhia deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento mercantis operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira e a variação cambial apuradas com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil. ***(i) A Companhia como arrendatária:*** Um arrendamento é definido como "um contrato, ou parte de um contrato, que transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período determinado em troca de contraprestação". Para aplicar esta definição, a Companhia avalia se o contrato atende a três avaliações principais, que são: • O contrato contém um ativo identificado, o qual pode ser tanto identificado explicitamente como implicitamente, sendo identificado quando ele é disponibilizado à Companhia; • A Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do ativo identificado durante o período de uso, considerando seus direitos dentro do escopo definido do contrato; • A Companhia tem o direito de direcionar o uso dos ativos identificados durante o período de uso. Ela avalia se tem o direito de direcionar como e para que finalidade o ativo deve ser utilizado durante todo o período de uso. **(ii) Pagamentos de arrendamentos:** Os pagamentos de arrendamentos são mensais. Alguns contratos preveem aumentos calculados nos principais indicadores econômicos. Despesas relacionadas a pagamentos de arrendamentos variáveis não são incluídas no passivo de arrendamento. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento, visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. **(iii) Determinação do prazo de arrendamentos:** O prazo de arrendamento é o período não cancelável do arrendamento juntamente com: (a) períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; (b) períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não terminar antecipadamente e o arrendador não puder rescindir antecipadamente. Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado ou não rescindido. **m. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações derivadas de bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano. Prazos superiores são apresentadas como passivo não circulante. Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **n. Empréstimos e financiamentos:** Os financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo da taxa efetiva de juros segue as condições de cada contrato. As taxas e tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, e são registrados na rubrica de despesas financeiras pela taxa efetiva de juros. A Administração controla mensalmente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros (taxas de juros), conforme acordado em cada contrato. Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante, exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento das demonstrações financeiras.

5 Caixa e equivalentes de caixa:

	2024	2023
Caixa e bancos	43.178	32.643
Aplicações financeiras	54.347	59.524
	97.525	**92.167**

As aplicações financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as aplicações financeiras referem-se a operações com liquidez diária, com prazo de vencimento definidos e com percentual de rentabilidade de 90% do CDI.

6 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

	2024	2023
No país	65.282	61.889
No exterior	63.361	47.160
No exterior com partes relacionadas (ver NE 11)	15.169	10.719
	143.812	**119.768**
(-) Provisão para perdas de créditos esperada	(1.062)	(2.485)
	142.750	**117.283**
Circulante	137.383	116.477
Não circulante	5.367	806
	142.750	**117.283**

As contas a receber de clientes e demais contas a receber são denominados nas seguintes moedas:

	2024	2023
Reais	75.084	82.575
Dólares americanos	68.245	37.064
Euros	483	129
	143.812	**119.768**

Movimentação da provisão para perdas de crédito esperada:

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	**(2.485)**	**(2.922)**
Constituições	(17.181)	(29.799)
Reversões	18.604	30.236
Saldo em 31 de dezembro	**(1.062)**	**(2.485)**

A maturidade do contas a receber da Companhia está demonstrada na nota explicativa 26 - Risco de Crédito. **a. Retenções contratuais:** Alguns contratos com clientes constam cláusulas de cumprimento de obrigações de recolhimento de encargos de folha e retenção contratual. Após o término do contrato, mediante a comprovação dos pagamentos, os valores retidos pelo tomador são restituídos.

	2024	2023
Circulante	-	12.092
Não circulante	6.906	1.043
	6.906	**13.135**

7 Estoques:	2024	2023
Combustível	15.495	16.426
Peças consumíveis / reposição (a)	2.934	6.912
Cabos de reboque	5.636	1.587
Filtros	12.619	1.937
	36.684	**26.862**

O custo dos estoques reconhecido no resultado, em "Custo das vendas", totalizou R$ 92.428 (2023 - R$ 87.291). (a) As peças consumíveis e de reposição não alteram a vida útil do ativo e serão utilizadas na operação dentro do próximo exercício, não tendo, portanto, características de sobressalentes.

8 Tributos a recuperar e diferidos:

a. Tributos a recuperar (Circulante):	2024	2023
IRRF e CSLL (a)	58.550	-
PIS & COFINS (b)	-	2
INSS a recuperar (c)	375	186
	58.925	**188**

(a) Referem-se ao saldo negativo de IPRJ e CSLL de valores pagos e retidos na fonte durante o ano de 2024 e não compensados; (b) Os créditos de Programa de Integração Social - PIS e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS referem-se, basicamente, aos montantes sobre insumos adquiridos e utilizados na prestação de serviços sendo compensado ao mês, havendo saldo a pagar. A segregação entre circulante e não circulante considera a compensação esperada durante o período; (c) Referem-se às retenções de INSS efetuadas na prestação de serviços.

b. Tributos a recuperar (Não Circulante):	2024	2023
IRPJ e CSLL a recuperar (a)	189	610
PIS e COFINS a recuperar (b)	8.086	9.284
INSS - a recuperar	2.988	2.654
ISS	617	691
Outros impostos a recuperar	-	12
	11.880	**13.251**

(a) Refere-se ao saldo negativo de imposto de renda e csll, que serão atualizados mensalmente com base na SELIC e compensados com tributos federais até 31 de dezembro de 2025; (b) Refere-se ao saldo negativo de PIS e COFINS retido na fonte sobre os recebimentos de notas fiscais de serviços prestados, que serão atualizados mensalmente com base na SELIC e compensados com tributos federais até 31 de dezembro de 2025. A Companhia revisa os impostos e contribuições que afetam os seus negócios, objetivando assegurar que os pagamentos sejam devidamente realizados. Os créditos fiscais são utilizados respeitando-se os prazos legais. Caso a Companhia não utilize os créditos tributários é solicitado o reembolso dos respectivos valores à Receita Federal do Brasil. **c. IRPJ e CSLL diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros calculados sobre as diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2024	Efeito no Resultado	2023	Efeito no Resultado
Ativo de imposto diferido				
Variação cambial não realizada	-	(6.382)	6.382	(25.557)
Prejuízo fiscal	34.089	34.089	-	-
Ativo de arrendamento	18.009	(16.056)	34.065	(1.250)
Provisões de custos e gastos	16.026	6.246	9.780	2.428
Perdas de contas por cobrar	361	(483)	844	(149)
Amortização Ágio da empresa Incorporada	1.221	-	1.593	-
	69.706	**17.414**	**52.664**	**(24.528)**

	2024	Efeito no Resultado	2023	Efeito no Resultado
Passivo de imposto diferido				
Ajuste nas taxas de depreciação (diferença de taxa de depreciação- ver NE nº 13.c)	(27.714)	(9.512)	(18.202)	(6.895)
Passivo de arrendamento	(19.687)	13.276	(32.963)	2.174
Diferido sobre ativos não monetários	(267.742)	(156.401)	(111.341)	47.699
	(315.143)	**(152.637)**	**(162.506)**	**42.978**
Imposto de renda diferido líquido	**(245.437)**	**(135.223)**	**(109.842)**	**18.450**

A companhia, até 2023, adotou o regime de tributação cambial pelo metodologia de caixa, no qual os efeitos das variações cambiais sobre ativos e passivos denominados em moeda estrangeira foram reconhecidos para fins fiscais apenas quando da liquidação das respectivas operações. A partir de 2024, a Companhia passou a adotar o regime de competência para a tributação das variações cambiais, em conformidade com as normas fiscais e contábeis aplicáveis. Essa alteração resultou no reconhecimento imediato dos efeitos das variações cambiais no resultado tributável do período. Como consequência dessa mudança, obtém-se um impacto no resultado fiscal da Companhia, resultando na apuração de um prejuízo fiscal no exercício de 2024. Esse prejuízo poderá ser utilizado para compensação com lucros tributáveis futuros, conforme permitido pela legislação vigente. **9 Outros ativos não financeiros**

	2024	2023
Adiantamentos a funcionários (a)	362	302
Adiantamentos a fornecedores (b)	11.442	19.287
Despesas antecipadas	3.869	2.369
	15.673	**21.958**

(a) Adiantamentos operacionais aos empregados, objetivando cobrir despesas de salários, férias, viagens (nacional e internacional) e para aquisições de materiais de uso e consumo da Companhia; (b) Adiantamentos para fornecedores de materiais de consumo e de prestação de serviços, principalmente referentes a processos de importação, docagem e manutenção maior. **10 Depósitos judiciais:** A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais de natureza tributária e trabalhista, que foram propostas no curso normal dos negócios, e discute tais questões, tanto na esfera administrativa, como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

	2024	2023
Depósitos Trabalhistas (i)	1.037	534
Depósitos Tributários (ii)	3.137	2.337
	4.174	**2.871**

(i) Estes depósitos judiciais estão vinculados a ações em que a Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, horas extras, periculosidade e equiparação salarial; (ii) Em 31 de dezembro de 2024 a composição de depósitos judiciais de natureza tributária totalizava R$ 3.137. A conciliação desse montante refere-se basicamente ao questionamento de ações que o ente fiscalizador atribuiu à SAAM, como uma hipotética sucessora de obrigações de terceiro. A ação está sendo monitorada e defendida por escritório de advocacia externo. **11 Partes relacionadas:** Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas.

	Contas a Receber		Contas a Pagar		Empréstimo		Receita		Despesa	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
CSAV Austral S.A.	1.544	595	-	-	-	-	7.448	2.819	-	-
Hapag-Lloyd AG	8.258	9.318	-	-	-	-	46.655	41.901	-	-
SAAM S/A	-	-	6.957	1.615	630.294	492.509	-	-	47.272	11.339
Giraldir	-	806	-	-	-	-	-	-	-	-
SAAM Towage Colombia S.A.	5.367	-	-	-	-	-	7.493	5.827	-	-
SAAM Towage Uruguay	-	-	-	-	-	-	-	13.442	-	-
	15.169	**10.719**	**6.957**	**1.615**	**630.294**	**492.509**	**61.596**	**63.989**	**47.272**	**11.339**
Circulante	9.802	9.913	6.957	1.615	630.294	492.509	-	-	-	-
Não Circulante	5367	806	-	-	-	-	-	-	-	-
	15.169	**10.719**	**6.957**	**1.615**	**630.294**	**492.509**	**61.596**	**63.989**	**47.272**	**11.339**

1, 2 - Contas a receber da receita da prestação de serviços efetuados em condições normais de mercado; 3 - Reembolso de despesas / rateio corporativo / empréstimo; 4 - Reembolso de despesas; 5, 6 – Venda de imobilizado. Os montantes referentes a remuneração de pessoal-chave da administração compreendem:

	2024	2023
Benefícios de curto prazo (salários e bônus)	3.004	2.766

O valor a pagar de participação nos resultados dos empregados é reconhecido pelo regime de competência, e contabilizado como despesa. A determinação do montante é constituída nos termos do Acordo de Participação nos Lucros e Resultados, negociado anualmente com o sindicato da categoria, de acordo com a Lei nº 10.101/00, alterada pela Lei nº 12.832/13. Os valores normalmente são liquidados do ano posterior ao registro da obrigação. Em 31 de dezembro de 2024 o valor do passivo registrado é de R$ 8.646 (R$ 7.133 em 2023), conforme NE 16.

12 Imobilizado

Custo	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Arrendamento (nota 18a)	Ajuste de Conversão	Saldo em 31/12/2024
Embarcações	2.438.843		(17.856)	1.480	(44.515)	650.681	3.028.633
Docagem (a)	82.147	-	(26.881)	35.483	-	15.715	106.464
Manutenção maior	49.236	-	(25.392)	32.087	-	(1.513)	54.418
Propulsor	1.995	-	-	18.886	-	4.607	25.488
Equipamentos de comunicação	944	369	(76)	-	-	305	1.542
Móveis	1.569	58	(20)	-	-	424	2.031
Máquinas e equipamentos	5.161	1.495	(143)	191	-	1.526	8.230
Hardware	2.513	757	(27)	-	-	732	3.975
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.466	-	(1.032)	366	-	79	2.879
Peças e sobressalentes	1.152		-	(1.323)	-	171	-
Imóveis	26.922	-	-	-	5.775	-	32.697
Veículos	2.833	-	-	-	994	-	3.827
Outros	198	-	(19)	-	-	38	217
Imobilizado em andamento:							
Embarcações	513	2.079	-	(1.416)	-	192	1.368
Docagem	20.605	44.705	-	(54.369)	-	1.413	12.354
Manutenção maior	17.884	17.899	-	(32.087)	-	397	4.093
Benfeitorias em imóveis de terceiros	155	279	-	(366)	-	19	87
Outros	-	304	-	(191)	-	17	130
	2.656.136	**67.945** (d)	**(71.446)**	**(1.259)** (c)	**(37.746)**	**674.803**	**3.288.433**

Custo	Taxas de depreciação % a.a.	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Arrendamento (nota 18a)	Ajuste de Conversão	Saldo em 31/12/2024
Embarcações (b)	4%	(749.379)	(81.871)	16.178	-	17.298	(248.710)	(1.046.484)
Docagem (a)	20% - 40%	(40.039)	(17.972)	24.661	-	-	(2.324)	(35.674)
Propulsores	20% - 40%	(115)	(2.642)	-	-	-	(686)	(3.443)
Manutenção maior	15,38% - 22,22%	(41.403)	(5.082)	25.392	-	-	9.792	(11.301)
Equipamentos de comunicação	20%	(382)	(209)	25	-	-	(146)	(712)
Móveis	10%	(1.055)	(103)	15	-	-	(337)	(1.480)
Máquinas e equipamentos	10% e 20%	(3.065)	(493)	95	-	-	(1.002)	(4.465)
Hardware	20%	(1.176)	(493)	22	-	-	(403)	(2.050)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(1.646)	(333)	1.032	-		421	(526)
Imóveis		(3.394)	-	-	-	(5.935)	-	(9.329)
Veículos		(48)	-	-	-	(757)	-	(805)
Outros		(63)	(4)	5	-	-	(18)	(80)
		(841.765)	**(109.202)**	**67.425**	**-**	**10.606**	**(243.413)**	**(1.116.349)**
		1.814.371	**(41.257)**	**(4.021)**	**(1.259)** (c)	**(27.140)**	**431.390**	**2.172.084**

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2025.03.25 07:22:20 -03'00'

SAAM Towage Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 05.436.047/0001-16

Custo	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Arrendamento (nota 17a)	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2023
Embarcações	1.623.914	993.882	(29.793)	14.803	-	(163.963)	2.438.843
Docagem (a)	81.657	-	(18.701)	32.573	-	(13.382)	82.147
Manutenção maior	57.781	-	(5.903)	3.774	-	(6.416)	49.236
Equipamentos de comunicação	-	-	-	2.003	-	(8)	1.995
Móveis	699	338	(69)	45	-	(69)	944
Máquinas e equipamentos	1.482	241	(103)	-	-	(51)	1.569
Hardware	4.492	802	(272)	-	-	139	5.161
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.946	346	(143)	-	-	364	2.513
Peças e sobressalentes	3.517	-	(1.277)	1.914	-	(688)	3.466
Imóveis	3.078	-	-	(780)	-	(1.146)	1.152
Veículos	14.748	-	-	-	13.510	(1.336)	26.922
Outros	1.598	-	-	-	1.268	(33)	2.833
Imobilizado em andamento:	230	-	(12)	-	-	(20)	198
Embarcações	809	13.700	-	(14.023)	-	27	513
Docagem	9.914	45.659	-	(34.576)	-	(392)	20.605
Manutenção maior	1.331	20.564	-	(3.774)	-	(237)	17.884
Benfeitorias em imóveis de terceiros	31	2.039	-	(1.914)	-	(1)	155
Outros	-	45	-	(45)	-	-	-
	1.807.227	**1.077.616** (d)	**(56.273)**	**-**	**14.778**	**(187.212)**	**2.656.136**

Custo	Taxas de depreciação % a.a.	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Arrendamento (nota 18a)	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2022
Embarcações (b)	4%	(729.169)	(63.298)	24.511	(17.699)	36.276	(749.379)
Docagem (a)	20% - 40%	(52.589)	(14.730)	17.223	-	9.942	(40.154)
Manutenção maior	20% - 22,22%	(47.528)	(4.170)	5.500	-	4.795	(41.403)
Equipamentos de comunicação	20%	(266)	(174)	28	-	30	(382)
Móveis	10%	(976)	(104)	84	-	(59)	(1.055)
Máquinas e equipamentos	10% e 20%	(2.484)	(381)	168	-	(368)	(3.065)
Hardware	20%	(412)	(431)	113	-	(446)	(1.176)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(3.517)	(97)	1.277	-	691	(1.646)
Imóveis		(245)	-	-	(3.451)	302	(3.394)
Veículos		(26)	-	-	(26)	4	(48)
Outros		(63)	(5)	2	-	3	(63)
		(837.275)	**(83.390)**	**48.906**	**(21.176)**	**51.170**	**(841.765)**
		969.952	**994.226**	**(7.367)**	**(6.398)**	**(136.042)**	**1.814.371**

(a) Tendo a obrigatoriedade de classificação das embarcações que operam no mercado brasileiro por uma Companhia classificadora habilitada, a docagem é um procedimento realizado a cada ciclo de classificação, de acordo com o ano de construção da embarcação. A taxa de amortização da docagem varia de 20% a 40%, devido às características de cada embarcação; (b) As embarcações são depreciadas por taxas de 4% ao ano. A diferença de depreciação entre a prática contábil societária (25 anos) e a fiscal (20 anos) é diferida; (c) A diferença de R$ 1.259 se refere à transferência de custos, onde a contrapartida está em conta não pertencente ao grupo do Ativo imobilizado. (d) Algumas operações constantes nas adições do imobilizado não impactaram o fluxo de caixa, gerando dessa forma um valor menor, conforme indicado:

	2024	2023
Nota 12 – Adições	67.945	1.077.616
Assunção empréstimo	-	(418.474)
Juros capitalizados	-	(6.431)
Valores registrados no ano anterior e pagos no ano corrente	15.575	
Valores registrados/não faturados para serem pagos no ano subsequente	(3.113)	(15.575)
Valores transferidos do estoque	-	(453)
Aquisição de ativo imobilizado - Fluxo de caixa de investimentos	**80.407**	**636.683**

As embarcações objeto dos empréstimos constantes da NE 14, em função de cláusula contratual, são alienadas fiduciariamente como forma de garantia. **I. Revisão da vida útil estimada:** Não houve modificação na estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado e, portanto, não houve alteração na taxa de depreciação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. **II. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos:** Anualmente a Companhia realiza testes para detectar eventuais perdas (impairment), com base no CPC 01. O valor recuperável das embarcações imobilizadas, assim como do ágio registrado pela aquisição da Tugbrasil, foi determinado por meio de projeção de fluxo de caixa descontado, após o imposto de renda e da contribuição social, fundamentados em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de 5 (cinco) anos. Após esse período foi respeitado o valor de perpetuidade residual da empresa, com base em um crescimento constante. Os valores projetados foram descontados a valor presente, considerando uma taxa de desconto líquida de 8,4% a.a. Em função desse estudo, a Administração chegou à conclusão de que não há necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável dos respectivos ativos, ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, assim como não ocorreu para 31 de dezembro de 2023.

13 Intangível:	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferencia	Ajuste Conversão	Saldo em 31/12/2024
Software	1.467	-	-	1.581	727	3.775
Amortização 20% a.a.	(457)	(448)	-	-	(210)	(1.115)
Ágio	37.365	-	-	-	10.427	47.792
Intangível em andamento:						
Software	10	3.260	-	(1.581)	193	1.882
	38.385	**2.812**	**-**	**-**	**11.137**	**52.334**

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência	Ajuste Conversão	Saldo em 31/12/2023
Software	850	-	(195)	904	(92)	1.467
Amortização 20% a.a.	(409)	(262)	189	-	25	(457)
Ágio	40.271	-	-	-	(2.906)	37.365
Intangível em andamento:						
Software	657	262	-	(904)	(5)	10
	41.369	**-**	**(6)**	**-**	**(2.978)**	**38.385**

Os softwares são amortizados pelo prazo de 5 (cinco) anos. **I. Provisão para redução ao valor recuperável do ágio:** O ágio reconhecido na SAAM é oriundo da incorporação da controlada Tugbrasil, ocorrido em 2021. O valor recuperável desse ativo foi determinado com base nas mesmas premissas descritas na nota explicativa 12, item II – Provisão para redução ao valor recuperável de ativos.

14 Empréstimos e financiamentos:

		Vencimento Final	Taxa de juros a.a.	2024	2023
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - Fundo da Marinha Mercante - FMM	R$	2027	3,7% +TJLP	4.638	6.621
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - Fundo da Marinha Mercante - FMM	US$	2027-34	3,70%	142.125	133.671
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - Fundo da Marinha Mercante - FMM	US$	2023-25-33	3,68% a 5,5%	57.922	50.955
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - Fundo da Marinha Mercante - FMM	US$	2034	2,94% e 3,94%	240.255	205.726
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - Fundo da Marinha Mercante - FMM	US$	2028 - 2030	2,57% e 3,57%	44.473	42.182
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - Fundo da Marinha Mercante - FMM	US$	2038	2,81% e 3,81%	120.502	100.970
Caterpillar Financial S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	R$	2025	3,8% +TJLP	70	313
Caterpillar Financial S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	US$	2025	3,80%	611	2.157
Banco do Brasil - BB - Fundo da Marinha Mercante - FMM	US$	2030	3,5%, 3,6% e 3,75%	82.536	83.318
Banco do Brasil - BB - Fundo da Marinha Mercante – FMM	US$	2029	3,85%	5.984	7.202
SAAM S/A (ver NE 11)	US$	2025	6,70%	630.294	492.509
				1.329.410	**1.125.624**
Passivo circulante				**731.320**	**579.148**
Passivo não circulante				**598.090**	**546.476**

Como agentes financeiros do Fundo de Marinha Mercante (FMM), o BNDES e o Banco do Brasil financiam a construção de novos rebocadores. Os financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária das embarcações contempladas pela captação, além de garantia corporativa. A seguir estão as maturidades contratuais dos empréstimos e financiamentos pelos seus valores nominais, incluindo pagamento de juros futuros:

	Valor contábil	Valor nominal	6 meses	De 6 a 12 meses	2º ano	Do 3º ao 5º ano	Após 5 anos
BNDES	609.915	710.052	49.761	49.093	95.981	217.374	297.843
Caterpillar	681	687	687	-	-	-	-
Banco do Brasil	88.520	95.925	11.511	11.326	22.107	49.192	1.789
SAAM S/A	630.294	661.177	31.575	629.602	-	-	-
	1.329.410	**1.467.841**	**93.534**	**690.021**	**118.088**	**266.566**	**299.632**

Os valores de financiamentos a pagar em 31 de dezembro de 2024, denominados em US$ apresentados acima, estão convertidos para Reais com base na taxa de conversão do fechamento de 31/12/2024, com a cotação de R$ 6,1923. Os valores de financiamentos a pagar em 31/12/2023, denominados em US$ apresentados abaixo, estão convertidos para Reais com base na taxa de conversão do fechamento de 29/12/2023, com a cotação de R$ 4,8413.

	Valor contábil	Valor nominal	6 meses	De 6 a 12 meses	2º ano	Do 3º ao 5º ano	Após 5 anos
BNDES	540.125	636.452	40.309	39.786	77.800	194.712	283.845
Caterpillar	2.470	2.537	1.143	842	552	-	-
Banco do Brasil	90.520	99.189	15.042	9.150	17.855	47.503	9.639
SAAM S/A	492.509	500.348	500.348	-	-	-	-
	1.125.624	**1.238.526**	**556.842**	**49.778**	**96.207**	**242.215**	**293.484**

Os valores nominais finais desses financiamentos estarão sujeitos aos juros mencionados acima, até a data de vencimento dos juros e do principal. A Companhia possui contratos de financiamentos com o BNDES, referentes a construção de embarcações finalizadas em 2009, nos quais constam cláusula que menciona a obrigação de manter o índice de endividamento geral no percentual máximo de 80%. Em caso do referido índice ser maior que o estabelecido em contrato, a Companhia está passível de sanção por inadimplemento não financeiro, no montante de 1% (um por cento) ao ano, incidente sobre o saldo devedor corrigido pela taxa SELIC. Em 31/12/2024 todos os índices financeiros previstos nas cláusulas restritivas (covenants) dos contratos foram atendidos, assim como em 31/12/2023. **a. Depósitos vinculados:** Em 31/12/2024 e 2023, a Companhia manteve em conta vinculada o montante equivalente à três amortizações, referentes à cláusula dos contratos de financiamento do Banco do Brasil.

	2024	2023
Depósitos Vinculados	**5.429**	**4.947**

b. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento.

		Passivo			Patrimônio			
	Nota	Emprestimos e financiamentos	Passivos de arrendamentos financeiros	Dividendos	Capital social	Reservas de lucros	Dividendo adicional proposto	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2023		**1.125.624**	**100.192**	**75.267**	**127.767**	**237.788**	**75.267**	**1.741.905**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento								
Pagamentos de empréstimos de terceiros		(93.702)	-	-	-		-	(93.702)
Pagamentos de dividendos		-	-	(106.819)	-		-	(106.819)
Pagamentos de passivos de arrendamentos financeiros		-	(16.713)	-	-	-	-	(16.713)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento		**(93.702)**	**(16.713)**	**(106.819)**	**-**	**-**	**-**	**(217.234)**
Efeito das variações nas taxas de câmbio		**295.284**	**11.404**	**-**	**-**	**-**	**-**	**306.688**
Relacionadas com passivos								
Novos arrendamentos financeiros	17a	-	31.244	-	-	-	-	31.244
Baixa arrendamentos financeiros		-	(49.673)	-	-	-	-	(49.673)
Transferência para contas a pagar		-	(24.093)	-	-	-	-	(24.093)
Despesas com juros	23	60.470	4.844	-	-	-	-	65.314
Juros pagos		(58.266)	(4.235)	-	-	-	-	(62.501)
Total das outras variações relacionadas com passivos		**2.204**	**(41.913)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(39.709)**
Total das outras variações relacionadas com patrimônio		**-**	**-**	**67.179**	**-**	**43.715**	**(39.640)**	**71.254**
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**1.329.410**	**52.970**	**35.627**	**127.767**	**281.503**	**35.627**	**1.862.904**

15 Fornecedores:

	2024	2023
No país	33.350	34.750
No exterior	375	2.770
Partes relacionadas (ver NE 11)	6.957	1.705
Custos com subcontratação	7.154	8.703
	47.836	**47.928**

16 Salários e férias a pagar	2024	2023
Férias e encargos a pagar	15.054	12.940
Participação no lucro e resultado	8.646	7.133
Acordo coletivo de trabalho	3.879	982
Outros	249	2
	27.828	**21.057**

17 Tributos a pagar:

a. Circulante	2024	2023
IRPJ & CSLL	-	1.167
ISS	4.221	3.306
PIS	152	75
COFINS	720	351
FGTS	968	946
INSS	2.781	2.772
Contribuição sindical	84	41
IRRF	2.665	2.476
CS a pagar	12	41
CSRF	58	70
ICMS & DIFAL	42	105
	11.703	**11.350**

18 Operações de arrendamento mercantil: a. Direito de uso

	Direito de uso					
Embarcações-	Saldo em 2023	Adições	Alterações contratuais	Baixas	Ajuste de conversão	Saldo em 2024
Terceiros	82.108	29.122	-	(80.869)	7.232	37.593
Imóveis	26.922	683	1.260	(3.459)	7.291	32.697
Veículos	2.833	-	179	-	815	3.827
	111.863	29.805	1.439	(84.328)	15.338	74.117

	Amortização					
Embarcações-	Saldo em 2023	Adições	Alterações contratuais	Baixas	Ajuste de conversão	Saldo em 2024
Terceiros	(17.793)	(16.709)	-	35.398	(1.391)	(495)
Imóveis	(3.394)	(5.325)	-	1.269	(1.879)	(9.329)
Veículos	(48)	(598)	-	-	(159)	(805)
	(21.235)	(22.632)	-	36.667	(3.429)	(10.629)
	90.628	**7.173**	**1.439**	**(47.661)**	**11.909**	**63.488**

	Direito de uso					
Embarcações-	Saldo em 2022	Adições	Alterações contratuais	Baixas	Ajuste de conversão	Saldo em 2023
Terceiros	88.495	-	-	-	(6.387)	82.108
Imóveis	14.748	11.868	1.642	-	(1.336)	26.922
Veículos	1.598	2.872	82	(1.686)	(33)	2.833
	104.841	**14.740**	**1.724**	**(1.686)**	**(7.756)**	**111.863**

	Amortização					
Embarcações-	Saldo em 2022	Adições	Alterações contratuais	Baixas	Ajuste de conversão	Saldo em 2023
Terceiros	(1.477)	(17.699)	-	-	1.383	(17.793)
Imóveis	(245)	(3.451)	-	-	302	(3.394)
Veículos	(26)	(355)	-	329	4	(48)
	(1.748)	**(21.505)**	**-**	**329**	**1.689**	**(21.235)**
	103.093	**(6.765)**	**1.724**	**(1.357)**	**(6.067)**	**90.628**

Embarcações - Afretamento de embarcações para prestação de serviços. **Imóveis** - A Companhia possui compromissos de arrendamento para a sede e filiais em inúmeras cidades brasileiras. **Veículos** - A Companhia possui compromisso de arrendamento de uma frota de veículos.

b. Passivo de arrendamento:

Passivo de arrendamento por classe de ativo	Taxa de desconto	2024	2023
Embarcações	3,76%	29.335	71.514
Imóveis	9,5%	21.073	25.821
Veículos	9,5%	2.562	2.857
Total		**52.970**	**100.192**
Passivo Circulante		10.508	16.537
Passivo não circulante		42.462	83.655

A abertura dos contratos de arrendamento por vencimento está demonstrada a seguir:

Análise da maturidade - fluxo de caixa contratual não descontado	2024	2023
No primeiro ano	13.936	21.166
No segundo ano	13.982	21.171
Do terceiro ao quinto ano (inclusive)	32.397	68.316
Após cinco anos	2.002	2.556
Total	62.317	113.209
Encargos financeiros	(9.347)	(13.017)
Total passivo de arrendamento	**52.970**	**100.192**

Valores Reconhecidos no resultado	2024	2023
Amortização do direito de uso	(22.632)	(21.505)
Juros sobre o passivo de arrendamento	(4.844)	(3.720)
Pagamentos variáveis de arrendamento não incluídos na mensuração do passivo de arrendamento	(232)	(398)
Despesas referentes aos contratos não considerados	(1.639)	(2.409)
Total	**(29.347)**	**(28.032)**

c. Arrendamento mercantil (arrendador): A companhia possui contratos de arrendamento mercantil a casco nu, nos quais afreta duas embarcações para terceiros. Os recebimentos provenientes destes contratos são baseados em diárias e mensalidades fixas por embarcação em dólares norte-americanos. Os recebimentos futuros mínimos, com base nos contratos que estipulam os valores para o exercício de 2025, estão estimados da seguinte forma:

	2025
Recebimentos futuros mínimos	**3.593**

19 Provisão para riscos trabalhistas: Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos externos, além da experiência adquirida com os históricos às quantias reivindicadas, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis tomadas em cada situação são suficientes para cobrir as eventuais perdas e preservar o patrimônio líquido da Companhia, sendo reavaliadas periodicamente. Alguns processos estão amparados por depósitos judiciais, conforme nota explicativa 10. Movimentação das provisões para riscos trabalhistas para as causas prováveis:

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	**1.170**	**1.827**
Constituições	1.627	471
Reversões	(494)	(652)
Baixa	(8)	(476)
Saldo em 31 de dezembro	**2.295**	**1.170**

Dentre os processos que a Companhia vem se defendendo, ela administra e acompanha periodicamente a evolução deles, tendo em vista um risco possível de perda em 2024 no montante de R$ 1.037 (R$ 1.735 em 2023). **20 Outras provisões:** Reconhecimento de obrigação legal, conforme contrato de afretamento firmado com terceiro. Ele tem o objetivo de custear a docagem pro-rata dos rebocadores ao período do contrato. Esse passivo representa um montante de R$ 7.786 (R$ 4.270 em 203). **21 Patrimônio líquido - a. Capital social:** O capital social da Companhia é representado por ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

(Em milhares de Reais)	2024			2023		
Acionista:	Quantidade de ações	%	Valor contábil	Quantidade de ações	%	Valor contábil
SAAM S.A	641.660	69,23%	88.449	641.660	69,23%	88.449
SAAM Participações Ltda.	285.236	30,77%	39.318	285.236	30.77%	39.318
	926.896	**100%**	**127.767**	**926.896**	**100%**	**127.767**

b. Reservas de lucros - i. Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, antes de qualquer outra destinação, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva legal atinge o seu limite máximo sobre o capital social no montante de R$ 25.554, mantendo o mesmo saldo em 31 de dezembro de 2024. **ii. Reserva especial:** Conforme previsto nos parágrafos 4 e 5 do artigo 202 da Lei das S.A., essa reserva é constituída quando a pessoa jurídica não possui condições financeiras para realizar o pagamento dos dividendos obrigatórios. Sendo assim, o valor apurado é lançado nesta reserva, para que futuramente quando a situação financeira da pessoa jurídica se estabilize, ela possa realizar os pagamentos aos acionistas, desde que a Companhia não apure prejuízos futuros, que devem absorver os valores desta reserva, antes do pagamento dos dividendos. Além do objetivo acima, nessa reserva também constam valores apurados pela diferença entre o resultado societário para o convertido para a moeda de apresentação. Diferença essa não considerada para fins de pagamento de dividendos e compensação de prejuízos determinados pelo resultado local. Em 2023 essa diferença de resultados foi absorvida pela apuração do imposto diferido sobre ativos não monetários no valor de R$ 135.528. Em 31 de dezembro de 2024 a reserva registra o montante de R$ 2.798 (R$ 2.798 em 2023). **iii. Reserva de retenção de lucros:** Destinada para aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia. Em 2011 registrava o montante de R$ 1.320 referente a 50% do lucro líquido ajustado referente ao exercício de 2010, e após a incorporação da SMIT International do Brasil Ltda., 50% desse montante foi absorvido, restando o valor de R$ 660. **iv. Reserva estatutária:** Constituída por determinação do estatuto social da companhia com finalidade de (a) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei das Companhias por Ações; e (b) reforçar o capital de giro; podendo ainda (c) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia, sendo que a Assembleia Geral poderá deliberar sua dispensa na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório, conforme artigo 25. Em 31 de dezembro de 2024 a reserva registra o montante de R$ 141.957 (R$ 208.776 em 2023). **v. Reserva de lucros:** Constituída com o objetivo de alocar o lucro líquido para futura destinação pelos acionistas. Tendo início em 2024, em 31 de dezembro de 2024 a reserva registra o montante de R$ 110.534. **c. Reserva de capital:** Em 2011 registrava o ágio gerado na emissão de ações no montante de R$ 7.946. Em 2012, após uma incorporação reversa, 50% desse valor foi absorvido, restando um montante de R$ 3.973. Adicionalmente essa incorporação também gerou o reconhecimento do Diferido de um novo ágio no valor de R$ 9.854. Em 2024 foi realizado um total de R$ 372 (R$371 em 2023), referente ao ágio da incorporação, resultando um saldo de R$ 1.221 (R$ 1.593 em 2023). **d. Remuneração aos acionistas:** O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. **e. Dividendos propostos e dividendos adicionais propostos:** De acordo com o Estatuto Social da Companhia é garantido aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 50% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da lei das Companhias por Ações. A Companhia pode efetuar outras distribuições, na medida em que existirem lucros e reservas disponíveis. Todas as distribuições acima mencionadas poderão ser realizadas sob a forma de dividendos ou como juros sobre capital próprio, dedutíveis do imposto de renda. A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. No decorrer de 2024 a Companhia efetuou pagamentos de dividendos no montante de R$ 106.819. No exercício de 2024, a Companhia efetuou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no percentual de 50% aos seus acionistas, no valor de R$ 35.627, considerando o resultado apurado de R$ 71.254. A parcela proposta pelos órgãos da administração que excede ao mínimo obrigatório será mantida no patrimônio líquido, em conta específica, classificada como "Dividendo adicional proposto", conforme previsto pelo ICPC 08, até a deliberação definitiva que vier a ser tomada pelos sócios. Essa parcela representa um montante de R$ 35.627. **f. Ajustes acumulados de conversão:** A conta ajustes acumulados de conversão representa os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis. É importante salientar que esta conta não é uma reserva. Ela pode apresentar saldo positivo ou negativo. **g. Lucro por ação: Resultado por ação - básico:** O resultado por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações em circulação no exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído:

Resultado básico por ação	2024	2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	71.254	151.165
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	926.896	926.896
Resultado básico por ação	**0,08**	**0,16**

Companhia não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devem ser considerados para fins de cálculo do resultado por ação diluído, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 41. Desta forma, o resultado por ação diluído não apresenta diferença em relação ao cálculo do resultado por ação básico demonstrado acima. **22 Receita operacional líquida:** Durante o exercício de 2024 e 2023 a Companhia realizou além dos serviços de apoio portuário (atracação e desatracação de navios), alguns serviços especiais, como: atendimento na movimentação de embarcações, que contribuíram para um crescimento do seu faturamento.

Receita operacional bruta	2024	2023
Afretamento	153.786	119.223
Serviços prestados	805.534	700.004
	959.320	**819.227**
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(71.001)	(50.929)
Devoluções e abatimentos	(24.855)	(32.766)
Receita operacional líquida	**863.464**	**735.532**

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2025.03.25 07:22:35 -03'00'

SAAM Towage Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 05.436.047/0001-16

23 Custos dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais (por natureza)

	2024			2023		
Natureza	**Custos dos Serviços Prestados**	**Despesas Administrativas e Gerais**	**Total**	**Custos dos Serviços Prestados**	**Despesas Administrativas e Gerais**	**Total**
Pessoal	(151.771)	(52.546)	(204.317)	(133.256)	(44.033)	(177.289)
Frete	(2.384)	(43)	(2.427)	(1.689)	(57)	(1.746)
Serviços Contratados	(94.848)	(15.565)	(110.413)	(74.275)	(12.691)	(86.966)
Material Manutenção/Reparo e Afins	(25.304)	(1.596)	(26.900)	(26.559)	(1.821)	(28.380)
Estoque	(92.428)	-	(92.428)	(87.291)	-	(87.291)
Aluguel de Equipamentos e outros	(2.343)	(1.143)	(3.486)	(2.596)	(1.489)	(4.085)
Viagem	(3.997)	(2.736)	(6.733)	(3.096)	(2.462)	(5.558)
Seguros	(6.358)	(69)	(6.427)	(6.930)	(106)	(7.036)
Depreciação e amortização	(108.245)	(1.405)	(109.650)	(82.751)	(901)	(83.652)
Amortização direito de uso	(20.462)	(2.170)	(22.632)	(18.324)	(1.786)	(20.110)
Crédito de PIS e COFINS sobre depreciação e Amortização	2.806	101	2.907	1.319	-	1.319
PCLD	-	1.423	1.423	-	437	437
Provisões e Reversões	(6.911)	(6.399)	(13.310)	(2.773)	(1.762)	(4.535)
Impostos, Registros e Taxas	(429)	(378)	(807)	(1.358)	(351)	(1.709)
Associações e Sindicatos	(2.070)	(76)	(2.146)	(1.032)	(67)	(1.099)
Assinaturas, Licenças e Telecomunicações	(1.234)	(935)	(2.169)	(612)	(886)	(1.498)
Outros	(15)	(2.691)	(2.706)	(14)	(1.240)	(1.254)
	(515.993)	**(86.228)**	**(602.221)**	**(441.237)**	**(69.215)**	**(510.452)**

24 Resultado financeiro

	2024	**2023**
Despesa financeiras		
Juros sobre empréstimos	(60.470)	(41.438)
Descontos concedidos	(3.116)	(3.493)
Multas e Penalidades	(112)	(367)
Variações cambiais, líquidas	(10.325)	(14.300)
Impostos sobre receita financeira	(1.914)	(1.943)
Juros sobre arrendamento	(4.844)	(3.720)
Impostos sobre empréstimos	-	(2.866)
Comissões e taxas financeiras	(3.998)	(1.830)
Outros	(79)	(377)
	(84.858)	**(70.334)**
Receitas financeiras		
Juros obtidos e Juros sobre aplicações financeiras	9.665	9.688
Descontos obtidos	35	35
Variações cambiais líquidas	-	-
Outros	-	4
	9.700	**9.727**
	(75.158)	**(60.607)**

25 Imposto de renda e contribuição social: A conciliação entre a despesa total calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas, e as despesas de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é demonstrada como segue:

	2024	**2023**
Lucro com efeito da diferença de câmbio e antes do IR e da CS	206.477	179.006
Alíquota fiscal nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	(70.202)	(60.862)
Efeito do IR e CS sobre adições e exclusões ao lucro contábil:		
Adições permanentes	(440)	(580)
Exclusões permanentes	308	1.437
Diferenças temporárias dedutíveis	(155.648)	48.167
Efeito dos ajustes na conversão	90.759	(16.003)
IR e CS no resultado do exercício	**(135.223)**	**(27.841)**
Alíquota efetiva	65,49%	15,55%
IR e CS correntes	-	(46.291)
IR e CS diferidos (Nota 8c)	(135.223)	18.450
	(135.223)	**(27.841)**

26 Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, no qual a administração destes é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas, versus condições vigentes no mercado. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro abaixo:

Instrumentos financeiros	**Classificação**	**Valor justo**		**Valor contábil**	
Ativos		**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	97.525	92.167	97.525	92.167
Depósitos Vinculados	Custo amortizado	5.429	4.947	5.429	4.947
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	Custo amortizado	143.812	117.283	143.812	117.283
Outros créditos	Custo amortizado	6.906	13.135	6.906	13.135
Instrumentos financeiros		**Valor justo**		**Valor contábil**	
Passivos	**Classificação**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	1.329.410	1.125.624	1.329.410	1.125.624
Fornecedores	Custo amortizado	47.836	47.928	47.836	47.928
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	52.970	100.192	52.970	100.192
Dividendos a pagar	Custo amortizado	35.627	75.267	35.627	75.267

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes da inadimplência de suas contrapartes, principalmente dos recebíveis de clientes, instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Exposição ao risco de crédito	**2024**	**2023**
Caixa e equivalente de caixa	97.525	92.167
Depósitos vinculados	5.429	4.947
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	143.812	119.768
Outros créditos	6.906	13.135
Exposição líquida	**253.672**	**230.017**

A perda de crédito esperada é reconhecida reduzindo o montante a receber da prestação de serviços. A mensuração da taxa de inadimplência considera a recuperabilidade dos recebíveis de acordo com o perfil dos clientes, e histórico de recebimentos, baseado em experiências anteriores. Ademais, em casos particulares, alguns riscos adicionais serão avaliados e considerados para suportar o fator de provisão de um cliente específico, como os riscos correspondentes ao do setor, risco do cliente, situação financeira, capacidade de pagamento e comportamento de pagamento, indiferente do prazo negociado e/ou maturação da dívida. Em algumas circunstâncias, a Companhia não possui informações razoáveis e sustentáveis que estejam disponíveis, sem custo ou esforço excessivos, para mensurar perdas de crédito esperadas com base em instrumento individual. Nesses casos, as perdas de crédito esperadas devem ser reconhecidas coletivamente, considerando informações abrangentes de risco de crédito. Essas informações abrangentes de risco de crédito devem incorporar não apenas informações vencidas, mas também todas as informações de crédito relevantes, inclusive informações macroeconômicas prospectivas, para aproximar o resultado do reconhecimento de perdas de crédito esperadas.

	Bruto	**Provisão para perdas esperadas**	**Bruto**	**Provisão para perdas esperadas**
	2024	**2023**	**2023**	**2022**
Não vencidos	117.018	(383)	100.239	(372)
Vencidos há 01-30 dias	16.127	(79)	12.932	(87)
Vencidos há 31-60 dias	2.126	(21)	1.988	(25)
Vencidos há 61-90 dias	588	(10)	387	(8)
Vencidos há 91-120 dias	542	(13)	165	(5)
Vencidos há 121-150 dias	3	-	139	(8)
Vencidos há 151-180 dias	1.197	(47)	1.163	(69)
Vencidos há 181-210 dias	183	(9)	-	-
Vencidos há 211-250dias	168	(16)	48	(10)
Vencidos há 251-360dias	9	-	-	-
Vencidos acima 360 dias	5.851	(484)	2.707	(1.901)
Total	**143.812**	**(1.062)**	**119.768**	**(2.485)**

Risco de Liquidez: Risco de liquidez é o risco da Companhia associado às dificuldades em honrar com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista, ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia procura alinhar o giro de pagamentos com os recebimentos, controlando o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa, para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem. O departamento financeiro acompanha as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia, para assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As previsões mensais levam em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e o cumprimento de metas internas, conforme o plano estratégico da Companhia. Além disso, a Companhia mantém linhas de crédito com as principais instituições financeiras que atuam no Brasil.

	Menos de 1 ano	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 2 e 5 anos**	**Acima de 5 anos**
Financiamentos (valor nominal)	783.555	118.088	266.566	299.632
Fornecedores	47.836	-	-	-
Empréstimos e Contas a Pagar com Partes Relacionadas	637.251	-	-	-
Dividendos	35.627	-	-	-
	1.504.269	**118.088**	**266.566**	**299.632**

Risco de câmbio: Os fluxos de caixa operacionais estão sujeitos à variação de moeda, tendo em vista, que estão parte denominados em Real (moeda local) e parte em dólar norte-americano (moeda funcional). A Companhia possui contratos de dívidas e saldos de caixa e equivalentes de caixa atrelados ao dólar norte-americano e ao Real. Em termos gerais, para o fluxo de caixa operacional, a Companhia procura neutralizar o risco cambial através de ativos (contas a receber) e passivos (pagamentos) correspondentes. Além disso, a Companhia busca gerar um excedente de caixa operacional nas duas moedas, com maior concentração no dólar norte-americano. **Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco. A maioria dos empréstimos da Companhia é vinculado a taxas fixas. Parte do empréstimo do BNDES e Caterpillar está exposta a taxa flutuante TJLP (Taxa de juros de longo prazo).

31 de dezembro de 2024

Entidade credora	**Total da dívida**	**Taxa de juros**	**Taxa efetiva**	**Custo financeiro do período**
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	4.708	TJLP + 3,70%	11,13%	570
Caterpillar Financial S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	-	TJLP + 3,80%	9,80%	2
Total de passivos financeiros a taxa variável	4.708	-	-	572
Total de passivos financeiros (Nota 14)	1.329.410	-	-	-
Proporção de passivos financeiros a taxa variável	0,35%			

31 de dezembro de 2023

Entidade credora	**Total da dívida**	**Taxa de juros**	**Taxa efetiva**	**Custo financeiro do período**
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	6.621	TJLP + 3,70%	10,25%	785
Caterpillar Financial S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	313	TJLP + 3,80%	10,35%	59
Total de passivos financeiros a taxa variável	6.934	-	-	844
Total de passivos financeiros (Nota 14)	1.125.624	-	-	-
Proporção de passivos financeiros a taxa variável	0,62%			

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira: A análise de sensibilidade apresentada nos quadros seguintes, estima os impactos da desvalorização do real frente ao dólar norte-americano, com base na posição em 31 de dezembro de 2024. A Companhia procurou simular três cenários distintos por um período projetado de doze meses, com ênfase na variável de risco identificada, tendo como cenário mais provável (Cenário I). Além disso, outros dois cenários foram elaborados: um possível (Cenário II), com variação de 25%, e outro remoto (Cenário III), com variação de 50%.

		Cenários		
	2024	**Cenário I Provável**	**Cenário II Possível (25%)**	**Cenário III Remoto (50%)**
Taxas de câmbio (i)	**6,1923**	**6,0000**	**7,5000**	**9,0000**
Caixa e equivalentes de caixa lastreados em moeda estrangeira	9.311	287	(1.969)	(4.225)
Caixa e equivalentes de caixa lastreados ao dólar norte-americano	88.214	(2.738)	18.631	40.000
Depósitos vinculados em moeda estrangeira	5.429	167	(1.149)	(2.464)
Contas a receber de clientes e outros recebíveis lastreados em moeda estrangeira	65.765	2.045	(13.885)	(29.815)
Contas a receber de clientes e outros recebíveis lastreados ao dólar norte-americano	62.878	(1.954)	13.277	28.508
Contas a receber de partes relacionadas lastreados em moeda estrangeira	9.802	304	(2.071)	(4.445)
Contas a receber de partes relacionadas lastreados ao dólar norte-americano	5.367	(165)	1.136	2.436
Outros créditos lastreados em moeda estrangeira	6.906	(216)	1.457	3.129
	253.672	**(2.270)**	**15.427**	**33.124**
Financiamentos lastreados em moeda estrangeira	4.708	(148)	992	2.132
Financiamentos lastreados ao dólar norte-americano	694.408	(21.562)	146.650	314.861
Empréstimo de parte relacionada lastreado ao dólar norte-americano	630.294	(19.572)	133.109	285.789
Contas a pagar lastreados em moeda estrangeira	76.131	(2.367)	16.074	34.515
Contas a pagar lastreados ao dólar norte-americano	375	(9)	83	174
Passivo de arrendamento lastreado em moeda estrangeira	23.635	(733)	4.993	10.718
Passivo de arrendamento lastreados ao dólar norte-americano	29.335	(913)	6.193	13.298
Contas a pagar de partes relacionadas lastreados ao dólar norte-americano	6.957	(219)	1.466	3.150
	1.465.843	**(45.523)**	**309.560**	**664.637**

(i) Fonte de informação: Relatório Focus BACEN de 24/01/2025.

27 Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2024 a cobertura de seguros da Companhia contra riscos operacionais era composto conforme demonstrado abaixo:

Cobertura Básica	2.236.009
Guerras e greves	2.795.011

Os contratos são todos em dólares e os valores acima apresentados foram convertidos pela taxa de dólar de 31 de dezembro de 2024, na cotação de R$ 6,1983. Adicionalmente a Companhia mantém cobertura adicional através de um clube de "Protection & Indeminty - P&I". A suficiência da cobertura não foi objeto de auditoria pelos auditores independentes. **28 Eventos subsequentes:** A companhia mantém um contrato de empréstimo com sua controladora, originalmente classificado no passivo circulante, com vencimento previsto para 28 de setembro de 2025. Em 31 de janeiro de 2025, foi formalizado um aditivo contratual que prorroga o prazo de vencimento das obrigações por mais 36 meses, passando a sua liquidação para 28 de dezembro 2027.Com essa renegociação, o saldo do empréstimo referido será reclassificado para o passivo não circulante nas projeções financeiras subsequentes, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis. Essa alteração reflete a estratégia da Companhia de melhoria a gestão de seu perfil de individualização, garantindo maior equilíbrio entre suas obrigações de curto e longo prazo

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Hernan Gomez Cisternas — Rafael Ignácio Ferreira Moreira — Macário Valdés Raczynski

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Renata de Albuquerque Ervilha - Diretora Presidente — Kathar Hol Arenas Carrera - Diretor Financeiro — Giancarlos Jacomini - Contador - CRC RJ-110640/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **SAAM Towage Brasil S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da SAAM Towage Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 14 de março de 2025.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Cáren Henriete Macohin
Contadora CRC 1PR038429/O-3